



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 120/19

DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÃO DO TRABALHO,
ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Processo nº - 226/2019

Relator: Deputado Marcelo Beltrão

Submete-se à análise desta 7ª Comissão de Administração, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Consumidor, o Projeto de Lei nº 7/2019, de iniciativa do Deputado Leo Loureiro que **ASSEGURA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL O DIREITO DE RECEBER AS CERTIDÕES DE REGISTRO CIVIL CONFECCIONADAS NO SISTEMA DE LEITURA BRAILLE.**

A proposição em análise recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da 2ª Comissão de Constituição, Justiça.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão de Administração, Segurança, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Consumidor para ser analisada quanto aos aspectos definidos no artigo 125, inciso VII, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei em análise visa assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de obter as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura Braille, considerando-se as certidões de nascimento, casamento e de óbito.

O sistema Braille é o único método eficaz de comunicação escrita para as pessoas portadoras de deficiência visual, que é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou **sensorial**, os quais, em interação com diversas barreiras ambientais, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2007).

Do ponto de vista científico, a deficiência sensorial se caracteriza pelo não-funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco sentidos, entre eles: **a visão**

Do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual,

conforme demonstrou o censo de 2010 do IBGE, destacando que a região nordeste registra as maiores taxas.

Vale ressaltar que o Estado de Santa Catarina, através da Lei nº 17.686, de 11 de janeiro de 2019 já assegurou esse direito aos portadores de deficiência visual.

Dessa forma, nada mais justo que aos deficientes visuais residentes no Estado de Alagoas seja assegurado o direito de receberem as suas certidões confeccionadas através do sistema Braille.

Cumprindo todas as formalidades pertinentes e, não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão, o nosso parecer é pela aprovação do presente Projeto.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE
MEDEIROS TAVARES, em Maceió, 19 de junho de 2019 .

 Presidente

 Relator



